



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640095 - SP (2021/0013040-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : RICARDO FAGUNDES GOUVEA - SP235162
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONATHAN HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONATHAN HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação n. 0085692-21.2017.8.26.0050).

O paciente foi condenado "por infração ao art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, ao cumprimento da pena de 6 anos e 3 meses de reclusão em regime fechado" (fl. 26), entendimento inalterado em razão do desprovimento da apelação.

O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que o cálculo da pena não observou os parâmetros legais, em especial por aplicação de fração (1/4) desproporcional com relação à reincidência, de modo que se mostra devida a "redução da fração de aumento para 1/6 (um sexto)" (fl. 4).

Alega que, por constar uma única anotação em desfavor do paciente, não seria cabível a apontada fração (1/4), pois essa é "reservada para hipóteses em que há a incidência de mais de uma agravante e este NÃO é o caso dos autos" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para "reduzir a fração de aumento pela incidência da agravante da reincidência ao patamar de 1/6 (um sexto)" (fl. 11).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, "por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório" (AgRg no HC n. 610.950/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 18/12/2020.), o que torna sua análise durante o plantão, em princípio, inadequada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência